



Nota técnica sobre aplicação no Ensino

Dados oficiais levantados pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) reforçam a situação dramática dos municípios em relação à aplicação do mínimo constitucional de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino, em 2021. Os números demonstram que 93,5% dos municípios reduziram seus gastos no acumulado até o quarto bimestre deste ano, quando comparados ao mesmo período de 2020.

O levantamento abrangeu 2.912 municípios que registraram seus dados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope). O próprio Siope releva que, em 2020, cerca de 300 municípios deixaram de cumprir o mínimo constitucional, o que equivale a 1/3 da amostra dos 925 municípios que aplicavam abaixo de 25% ao final do quarto bimestre do ano passado.

Em 2021, se a tendência se repetir, mais de 800 prefeitos estarão sujeitos à inelegibilidade e, seus respectivos municípios, penalizados com diversas restrições, uma vez que 2.370 municípios registraram aplicação inferior a 25% ao final do quarto bimestre deste ano.

Diante deste cenário, a FNP defende o texto aprovado no Senado Federal da PEC 13/2021 para evitar gastos apressados, temerários e de baixa qualidade. Com o prazo estendido para aplicação dos 25% das receitas vinculadas até o final de 2023, municípios poderão planejar mais adequadamente esses investimentos, beneficiando o ensino público.

Aplicação em Ensino no quarto bimestre – 2020 e 2021

	2020		2021	
	n. de municípios	%	n. de municípios	%
Abaixo de 25%	925	31,8%	2370	81,4%
Maior ou igual a 25%	1987	68,2%	542	18,6%
Amostra	2912		2912	

Fonte: Siope / Levantamento: FNP

18 de outubro de 2021
Frente Nacional de Prefeitos